



CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1694/2026

provado em único turno

por 15 votos, em 12/2/2026



PRESIDENTE

Concede o Título Honorífico de Cidadão Patense
ao senhor *Geraldo Junio do Amaral - Junio Amaral*.

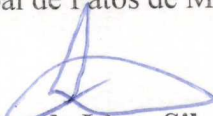
A CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao senhor *Geraldo Junio do Amaral - Junio Amaral* o Título Honorífico de Cidadão Patense.

Art. 2º A outorga do respectivo diploma far-se-á em sessão solene, a ser determinada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, em data acertada de comum acordo com o homenageado.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Patos de Minas, 5 de fevereiro de 2026.


Leomar de Lima Silva - Sargento Leomar
Vereador

JUSTIFICATIVA:

Geraldo Junio do Amaral - Junio Amaral, nascido no dia 30 de junho de 1987, natural de Belo Horizonte, mas residente em Contagem desde o nascimento, filho de Lucimar de Oliveira Furtado do Amaral e Geraldo Perpetuo do Amaral, tem 38 anos, é irmão de Natália Furtado Amaral, casado com Marília Amaral, e pai de Lis, Elias e João.

Bacharel em Direito e policial militar, Junio Amaral foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 2018 com 158.541 votos, o sétimo mais votado do estado, sendo reeleito, em 2022, para seu segundo mandato. Além disso, atuou por 12 anos como policial militar em Minas Gerais, razão pela qual é publicamente conhecido como Cabo Junio Amaral.

Além disso, fundou o maior movimento conservador estadual do Brasil, o Direita Minas, tendo como objetivo a organização de ativistas em torno da defesa do conservadorismo na política e o combate à agenda progressista da esquerda brasileira, a qual beneficia criminosos e destrói valores e instituições essenciais para a nossa sociedade.

Em seu trabalho legislativo, o deputado Junio Amaral é membro atuante na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado desde 2019, na qual foi



CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

vice-presidente no ano de 2022. Também atuou como membro, na 57ª Legislatura da Câmara dos Deputados, da Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Comissão Mista de Orçamento, Comissão de Meio Ambiente e Comissão de Defesa do Consumidor.

Como deputado, apresentou mais de 80 projetos de lei nos últimos anos, dentre eles os que tratam de: I) proibição da visita íntima e saída temporária de preso; II) fim da diminuição de pena por tráfico privilegiado; III) configuração de hediondo o crime de corrupção eleitoral; IV) criação de qualificadora para o crime de furto cometido em ocasiões de desastre ou calamidade pública; V) regulamentação da movimentação por conveniência da disciplina entre policiais e bombeiros militares; VI) proibição da linguagem neutra em instituições de ensino e VII) revogação do pagamento de pensão nos casos de parentalidade socioafetiva.

Durante o seu primeiro mandato, como resultado de um trabalho primoroso, foi premiado por três vezes como um dos melhores deputados de Minas Gerais pelo Ranking dos Políticos, sendo considerado o melhor deputado mineiro no ano de 2021, tendo seu desempenho parlamentar avaliado positivamente nos aspectos de anticorrupção, antiprivilégios e antidesperdício, bem como na promoção de ideais de desburocratização e liberalismo econômico.

Também foi vice-líder do Partido Social Liberal na Câmara dos Deputados entre os anos de 2019 e 2020, além de ter participado e atuado pela aprovação de importantes mudanças legislativas na área da segurança pública e do sistema penal, como o Pacote Anticrime em 2019, incluindo o fim das saídas temporárias de presídios e a tipificação penal do crime de domínio de cidades, prática do denominado Novo Cangaço, ambos em 2022. No mesmo ano, ainda relatou projeto de lei de autoria do Governo Bolsonaro que aperfeiçoa a legislação penal para fortalecer o combate à criminalidade violenta.

Em seu segundo mandato, segue liderando os rankings de desempenho parlamentar e é integrante da Oposição ao Governo Lula, tendo aprovado dezenas de requerimentos de fiscalização e convocação de ministros de Estado na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, além de ter solicitado diversas auditorias pelo Tribunal de Contas da União de matérias envolvendo o governo petista. Foi, ainda, responsável pela apresentação e aprovação de uma proposição que proibia o uso da linguagem neutra na administração pública, a qual foi aprovada no Congresso e transformada na Lei nº 15.263, de 2025.

Ressalte-se, igualmente, a relevante contribuição do deputado federal Júnio Amaral para o desenvolvimento do Município de Patos de Minas, por meio da destinação de recursos federais que ultrapassam o montante de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais), viabilizados ao longo de seus mandatos parlamentares. Os recursos contemplaram áreas essenciais, como saúde, educação, assistência social, esporte e infraestrutura, incluindo incremento da atenção primária e especializada em saúde, aquisição de equipamentos, apoio a instituições como a Apae, investimentos no enfrentamento à covid-19, reforma de quadras poliesportivas, construção de centros de educação infantil, aquisição de veículos para transporte de pessoas com deficiência e



CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS

fortalecimento de conselhos comunitários, evidenciando, assim, o compromisso do homenageado com a melhoria da qualidade de vida da população patense e com o fortalecimento das políticas públicas locais.